

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.**

O **MUNICÍPIO DE PASSIRA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na , inscrita no CNPJ sob o nº. 11.097.300.0001-57, doravante **DEVEDOR**, representada neste termo pelo Sr. **MIGUEL GOMES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de PASSIRA-PE, portador do CPF n.º 055.437.624-53 e do RG nº 1.096.123 SDS-PE, residente e domiciliado a Rua Manoel Ferreira de Moura, nº. 12 e o **FUNPREVI/Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Passira**, situado a Rua Maria Pereira da Silva, nº. 87, Centro CEP: 55650-000, neste município, neste ato representado pela Sr.ª **MARIVÂNIA DO NASCIMENTO GONÇALVES DE LIMA**, Presidente, portador do CPF nº 105.635.714-20, e do RG nº 1.747.018 SSP-PE, órgão direto no âmbito da Administração Municipal, instituído em, pela Lei nº 487/2002, doravante denominado **CREDOR**, com fundamentos na Lei municipal nº 527/2005, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, é **CREDOR**, junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA**, da quantia R\$ 479.414,03 (quatrocentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quatorze reais e três centavos), a devolução dos recursos destinados a pagamento de inativos e pensionistas anteriores a criação do fundo, conforme **AUDITOTIA FISCAL NAF- Nº. 0423/2007**, nos termos da ON-01/2007, de 23/01/07 e prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 527/2005 de 16 de setembro de 2005, a importância acima declarada, discriminada na planilha a seguir, parte integrante deste instrumento.

Pelo presente instrumento a Prefeitura de Passira, confessa ser devedora do montante citado e compromete quitar na forma aqui estabelecida.

A Devedora, renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **FUNPREVI** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

- I- Estabelece-se que o valor atualizado da dívida da Prefeitura Municipal de Passira com **FUNPREVI**, referente notificação de **AUDITOTIA FISCAL NAF- Nº. 0423/2007** conforme planilha a seguir:

ORIGEM DO DÉBITO	VALOR ORIGINAL	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	JUROS	TOTAL EM PARCELAMENTO
AUDITORIA FISCAL NAF Nº. 0423/2007	240.000,00	IGPM	1% a.m	479.414,03
			TOTAL	479.414,03

II- O parcelamento, de acordo com o art. 32 da ON nº 01, de janeiro de 2007, no montante de R\$ 479.414,03 (quatrocentos e setenta e nove mil e quatrocentos e quatorze reais e três centavos), em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.997,56(um mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme determina a Lei Municipal nº. 527/2005, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

III- A primeira parcela, no valor R\$ 1.997,56(seiscentos e setenta mil, cento e dois reais e cinquenta e seis centavos) será paga em 10/03/2008 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR pagar as parcela em dia, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1% a.m. e correção pelo índice **IGPM**, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

V- A Devedora se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

VI- O parcelamento dessa dívida, constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, ressalvados os privilégios assegurados ao **FUMPREVI** para a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

VII- A eficácia deste Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários ficará na dependência da comprovação do recolhimento regular, nas épocas próprias, das parcelas e das contribuições correntes, a partir da competência do mês em que este Termo for assinado.

VIII- Fica comprometido que o Município informará o pagamento de cada prestação mensal deste Termo e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciária correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte retida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as alíquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial enviado ao Ministério da Previdência Social, e definida em Lei Municipal, através dos seguintes documentos:

- a) o demonstrativo previdenciário;
- b) o demonstrativo financeiro; e
- c) o comprovante de repasse.

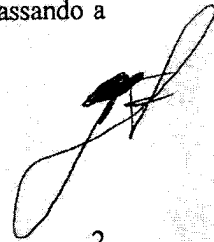

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

O Montante será atualizado pelo índice **IGPM** acrescido de uma taxa **1% a.m.** de juros de (um por cento ao mês) e parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2ª serão atualizadas pelos índices **IGPM** acrescidas de taxa de juros de **1% a.m.**(um por cento ao mês) visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Inadimplência

Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo DEVEDOR de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do CREDOR, com os acréscimos legais.

CLÁUSULA QUINTA: Da mora


2


O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o DEVEDOR em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o simples e puro inadimplemento já obrigará o DEVEDOR a pagar a totalidade remanescente na forma prevista na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão:

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Definitividade

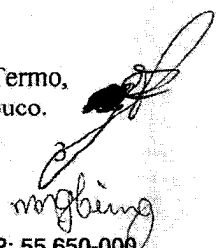
A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: Da Publicidade

O presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou no mural da Prefeitura no mês de janeiro de 2008.

CLÁUSULA NONA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca do Município Passira, do estado de Pernambuco.



Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

Passira, 31 de Dezembro de 2007

MIGUEL GOMES DE FREITAS
Prefeito

marivania do nascimento goncalves de lima
Marivânia Nascimento Gonçalves de Lima
Presidente

Testemunhas:

Eduardo Barbosa de Melo
Eduardo Barbosa de Melo
CPF: 127.416.474-53

Raimunda Fernandes da Silva Souza
Raimunda Fernandes da Silva Souza
CPF: 652.496.234-68

Marivânia do Nascimento
G. de Lima
Presidente do Fundo
da Previdência

Cartório Único de Passira-PE
Reconheço a(s) assinatura(s) de:
Marivânia do Nascimento Gonçalves de Lima
Passira, 10 de 03 de 2008
Em test. da verdade.
Maria Aparecida de M. P. Bezerra
☒ Maria Aparecida de M. P. Bezerra
Titular
☐ Lúcia Pedro da Souza Lima
Substituta



Nº 1305 do PROTOCOLO Nº A-2

Página 42

Título apresentado hoje 12 de 03 de 2008

0 Oficial *Momara Valéria Bezerra*

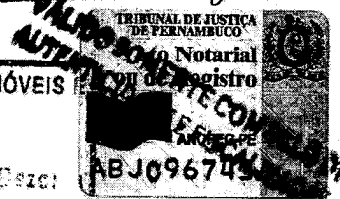
REGISTRADO sob nº 1238 88

Fls. 129 do livro de REGISTRO GERAL nº B-6 (Registro Integral)

Passira, 12 de 03 de 2008

0 Oficial *Momara Valéria Bezerra*

CARTÓRIO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
HIPOTECAS
PASSIRA-PERNAMBUCO
Maria Aparecida de M. P. Bezerra
Kris de M. P. Bezerra
Lúcia Pedro da Souza Lima
Amanda Soares de Oliveira Souza
SUBSTITUTAS



TERMO ADITIVO Nº I DO TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÍVIDA Nº 001/2007 QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MUNICÍPIO DE PASSIRA E O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE PASSIRA, entidade de direito público interno, sediado na Rua Maria Pereira, nº 87 – Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.097.300.0001-57, doravante simplesmente denominado **DEVEDOR**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL GOMES DE FREITAS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob nº 055.437.624-53, domiciliado nesta cidade e do outro lado o **FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PASSIRA**, doravante simplesmente denominado **CREDOR**, sediada na rua Maria Pereira da Silva, n. 87, Passira, neste ato representado pela Sra. **MARIVÂNIA DO NASCIMENTO GONÇALVES DE LIMA**, Presidente, portadora de CPF n. 105.635.714-20 e RG n. 1096123 SDS/PE, celebram o presente convênio, regido, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada por força do art. 3º da Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994 – D.O.U., datado de 09 de junho de 1994, e pelas cláusulas e condições que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam a seguir:

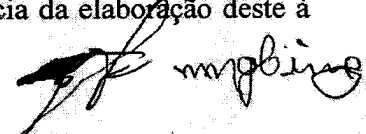
DO PAGAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A cláusula segunda, inciso terceiro, do convênio em referência passará a vigorar com a seguinte redação:

“III – A primeira parcela, no valor de R\$ 1.997,56(**hum mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos**), será paga, no máximo, até o último dia útil ao mês subsequente ao da publicação do presente termo de acordo de parcelamento e confissão de dívida”.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente termo reger-se-á pelas mesmas cláusulas acordadas no convênio aditivado.

E, por se acharem, justos e acordados, firmam os convenientes o presente termo, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, sendo as demais rubricadas e autenticadas pelos presentes a este ato, dando-se ciência da elaboração deste à

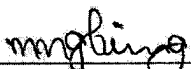


Câmara Municipal de Passira, e ainda, registrado em livro próprio da Secretária de Assuntos Jurídicos, conforme dispõe o artigo 60 da Lei nº 8.666/93.

Passira, 17 de dezembro de 2008.




MIGUEL GOMES DE FREITAS
Prefeito



MARIVÂNIA DO NASCIMENTO GONÇALVES DE LIMA
Presidente

1º TESTEMUNHA:

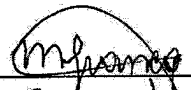
CPF/MF nº:



127.416.474-53

2ª TESTEMUNHA:

CPF/MF nº:



585.654.854-04.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.**

O **MUNICÍPIO DE PASSIRA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na , inscrita no CNPJ sob o nº 11.097.300.0001-57, doravante **DEVEDOR**, representada neste termo pelo Sr. **MIGUEL GOMES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de PASSIRA-PE, portador do CPF nº 055.437.624-53 e do RG nº 1.096.123 SDS-PE, residente e domiciliado a Rua Manoel Ferreira de Moura, nº 12 e o **FUNPREVI/Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Passira**, situado a Rua Maria Pereira da Silva, nº 87, Centro CEP: 55650-000, neste município, neste ato representado pela Sr^a **MARIVÂNIA DO NASCIMENTO GONÇALVES DE LIMA**, Presidente , portador do CPF nº 105.635.714-20 , e do RG nº 1.747.018 SSP-PE, órgão direto no âmbito da Administração Municipal , instituído em, pela Lei nº 487/2002, doravante denominado **CREDOR**, com fundamentos na Lei municipal nº 527/2005, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto


FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA - FUNPREVI é **CREDOR**, junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA** da quantia R\$ \$ 667.851,43 (seiscentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos), correspondente às **contribuições previdenciárias** devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito a **parte patronal**, nos termos da ON-01/2007, de 23/01/07 e prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 527/2005 de 16 de setembro de 2005, a importância acima declarada, discriminada na planilha a seguir, parte integrante deste instrumento.

Pelo presente instrumento a Prefeitura de Passira, confessa ser devedora do montante citado e compromete quitar na forma aqui estabelecida.

A Devedora, renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **FUNPREVI** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

- I- Estabelece-se que o valor atualizado da dívida da Prefeitura Municipal de Passira com **FUNPREVI**, referente ao período de julho 2002 a dezembro de 2004 de cada débito, conforme planilha a seguir, discriminando o valor originário de cada competência, os índices de atualização aplicados e o valor corrigido até a data do parcelamento.


Miguel Gomes de Freitas
Prefeito

COMPETÊNCIA	VALOR ORIGINAL	VALOR REPASSADO	TOTAL A REPASSAR	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	JUROS	TOTAL EM PARCELAMENTO
JUL/02	16.028,75	15.112,19	916,55	IGPM	1% a.m	2.881,36
AGO/02	24.029,59	11.557,85	12.471,75	IGPM	1% a.m	38.076,87
OUT/02	16.037,06	1459,51	14.577,55	IGPM	1% a.m	41.652,80
NOV/02	15.876,29	13.238,50	2.637,79	IGPM	1% a.m	7.182,23
DEZ/02	20.772,19	17.815,43	2.956,75	IGPM	1% a.m	7.577,57
FEV/03	17.449,10	6.564,05	10.885,06	IGPM	1% a.m	25.759,40
MAR/03	18.745,36	1.746,92	16.998,45	IGPM	1% a.m	38.939,09
ABR/03	20.453,65	1.801,70	18.651,96	IGPM	1% a.m	41.665,33
MAIO/03	20.439,25	1.843,57	18.595,68	IGPM	1% a.m	4.040,25
JUN/03	22.356,13	0,00	22.356,14	IGPM	1% a.m	48.635,99
JUL/03	22.211,58	0,00	22.211,57	IGPM	1% a.m	48.341,83
AGO/03	22.610,72	0,00	22.610,72	IGPM	1% a.m	48.913,74
SET/03	22.593,15	0,00	22.593,15	IGPM	1% a.m	48.208,95
OUT/03	22.183,03	0,00	22.183,03	IGPM	1% a.m	46.317,09
NOV/03	22.737,39	0,00	22.737,39	IGPM	1% a.m	46.828,97
DEZ/03	22.511,41	0,00	22.511,41	IGPM	1% a.m	45.678,49
MAI/04	22.975,45	3.068,05	19.907,40	IGPM	1% a.m	36.744,64
JUN/04	22.849,49	2.150,51	20.698,99	IGPM	1% a.m	37.338,06
JUL/04	22.584,78	2.415,22	20.169,56	IGPM	1% a.m	35.533,35
AGO/04	23.034,72	22.774,72	260,00	IGPM	1% a.m	1.122,32
OUT/04	22.946,72	13.053,28	9.893,44	IGPM	1% a.m	16.383,10
					TOTAL	667.851,43

II- O parcelamento, de acordo com o art. 32 da ON nº 01, de janeiro de 2007, no montante de R\$ **667.851,43** (seiscentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos, em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ **2.782,71** (dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme determina a Lei Municipal nº 527/2005, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

III- A primeira parcela, no valor R\$ **2.782,71** (dois mil setecentos e oitenta dois reais e setenta e um centavos), será paga em 10/03/2008 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR pagar as parcela em dia, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1% a.m. e correção pelo índice IGPM, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

V- A Devedora se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

VI- O parcelamento dessa dívida, constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, ressalvados os privilégios assegurados ao FUMPREVI para a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Miguel Gomes de Freitas

Procurador

VII- A eficácia deste Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários ficará na dependência da comprovação do recolhimento regular, nas épocas próprias, das parcelas e das contribuições correntes, a partir da competência do mês em que este Termo for assinado.

VIII- Fica comprometido que o Município informará o pagamento de cada prestação mensal deste Termo e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciária correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte retida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as alíquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial enviado ao Ministério da Previdência Social, e definida em Lei Municipal, através dos seguintes documentos:

- a) o demonstrativo previdenciário;
- b) o demonstrativo financeiro; e
- c) o comprovante de repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

O Montante será atualizado pelo índice **IGPM** acrescido de uma taxa **1% a.m.** de juros de (um por cento ao mês) e parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2ª serão atualizadas pelos índices **IGPM** acrescidas de taxa de juros de **1% a.m.**(um por cento ao mês) visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Inadimplência

Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo **DEVEDOR** de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do **CREDOR**, com os acréscimos legais.

CLÁUSULA QUINTA: Da mora

O **CREDOR** não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o **DEVEDOR** em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o simples e puro inadimplemento já obrigará o **DEVEDOR** a pagar a totalidade remanescente na forma prevista na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão:

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

Miguel Gomes de Freitas

Prefeito

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Definitividade

A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITVA: Da Publicidade

O presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou no mural da Prefeitura no mês de janeiro de 2008.

CLÁUSULA NONA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca do Município Passira, do estado de Pernambuco.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

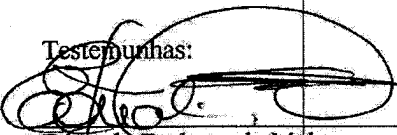
Passira, 31 de Dezembro de 2007.


MIGUEL GOMES DE FREITAS
 Prefeito

marivania do nascimento goncalves de lima
Marivânia Nascimento Gonçalves de Lima
 Presidente



Testemunhas:


Eduardo Barbosa de Melo
 CPF: 127.416.474-53

Bouza
Raimunda Fernandes da Silva Souza
 CPF: 652.496.234-68

Marivânia do Nascimento
G. de Lima
 Presidente do Fundo
 de Previdência

Cartório Único de Passira-PE

Reconheço a(s) firma(s) de:

Miguel Gomes de Freitas
Marivânia do Nascimento Gonçalves de Lima
G. de Lima

Passira, 10 de 05 de 2007

Em test. *[Signature]* da verdade.

☒ Maria Aparecida de M. P. Bezerra
 Titular

☐ Lúcia Pedro de Souza Lima
 Substituta

Emolumentos	TSNR	TOTAL
R\$ 4,46	R\$ 0,99	R\$ 5,45



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.**

A **MUNICÍPIO DE PASSIRA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na , inscrita no CNPJ sob o nº 11.097.300.0001-57, doravante **DEVEDOR**, representada neste termo pelo Sr. **MIGUEL GOMES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de PASSIRA-PE, portador do CPF n.º 055.437.624-53 e do RG nº 1.096.123 SDS-PE, residente e domiciliado a Rua Manoel Ferreira de Moura, nº 12 e o **FUNPREVI/Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Passira** , situado a Rua Maria Pereira da Silva, nº 87, Centro CEP: 55650-000, neste município, neste ato representado pela Srª **MARIVÂNIA DO NASCIMENTO GONÇALVES DE LIMA**, Presidente , portador do CPF nº 105.635.714-20 , e do RG nº 1.747.018 SSP-PE, órgão direto no âmbito da Administração Municipal , instituído em, pela Lei nº 487/2002, doravante denominado **CREDOR**, com fundamentos na Lei municipal nº 527/2005, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

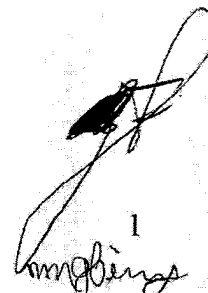
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA - FUNPREVI, é **CREDOR**, junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA**, da quantia R\$ 335.701,74 (trezentos e trinta e cinco mil setecentos e um reais e setenta e quatro centavos), correspondente às **contribuições previdenciárias** devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito a **parte patronal (60 parcelas)**, nos termos da ON-01/2007, de 23/01/07 e prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 527/2005 de 16 de setembro de 2005, a importância acima declarada, discriminada na planilha a seguir, parte integrante deste instrumento.

Pelo presente instrumento a Prefeitura de Passira, confessa ser devedora do montante citado e compromete quitar na forma aqui estabelecida.

A Devedora, renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do FUNPREVI de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

- I- Estabelece-se que o valor atualizado da dívida da Prefeitura Municipal de Passira com **FUNPREVI**, referente ao período de Outubro 2005 a dezembro de 2007 de cada débito, conforme planilha a seguir, discriminando o valor originário de cada competência, os índices de atualização aplicados e o valor corrigido até a data do parcelamento.



COMPETÊNCIA	VALOR ORIGINAL	VALOR REPASSADO	TOTAL A REPASSAR	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	JUROS	TOTAL EM PARCELAMENTO
OUT/05	32.922,20	20.771,60	12.150,60	IGPM	1% a.m.	17.482,085
NOV/05	32.903,16	27.597,70	5.305,46	IGPM	1% a.m.	7.510,32
DEZ/05	43.270,43	23.732,11	19.538,32	IGPM	1% a.m.	27.275,11
MAI/06	42.852,03	0,00	42.852,03	IGPM	1% a.m.	56.767,94
JUL/06	44.474,38	15.776,24	28.698,14	IGPM	1% a.m.	36.851,24
AGO/06	44.506,24	30.794,22	13.712,02	IGPM	1% a.m.	17.402,31
OUT/06	43.593,35	36.187,25	7.406,10	IGPM	1% a.m.	9.156,00
NOV/06	44.889,63	38.905,66	5.983,97	IGPM	1% a.m.	7.288,32
DEZ/06	43.270,43	26.729,57	16.540,86	IGPM	1% a.m.	19.797,84
13º SALÁRIO	34.658,21	0,00	34.658,21	IGPM	1% a.m.	41.482,58
FEV/07	45.407,42	37.778,57	7.628,85	IGPM	1% a.m.	8.878,97
MAR/07	47.604,21	29.092,59	18.511,62	IGPM	1% a.m.	21.273,10
MAI/07	47.804,19	44.962,38	2.842,81	IGPM	1% a.m.	3.190,24
JUN/07	47.048,50	27.567,04	19.481,54	IGPM	1% a.m.	21.645,79
JUL/07	49.689,73	48.305,77	1.383,96	IGPM	1% a.m.	1.517,98
SET/07	48.887,75	22.788,27	26.099,48	IGPM	1% a.m.	27.713,08
OUT/07	48.640,88	38.558,25	10.082,63	IGPM	1% a.m.	10.468,07
					TOTAL	335.701,74

II- O parcelamento, de acordo com o art. 32 da ON nº 01, de janeiro de 2007, no montante de R\$ 335.701,74 (trezentos e trinta e cinco mil setecentos e um reais e setenta e quatro centavos), em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 5.595,03 (cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e e setenta e quatro centavos), conforme determina a Lei Municipal nº 527/2005, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

III- A primeira parcela, no valor R\$ 5.595,03 (cinco mil, quinhentos e noventa e cinco reais e e setenta e quatro centavos), será paga em 10/03/2008 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR pagar as parcela em dia, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1% a.m. e correção pelo índice IGPM, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

V- A Devedora se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

VI- O parcelamento dessa dívida, constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, ressalvados os privilégios assegurados ao FUMPREVI para a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

VII- A eficácia deste Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários ficará na dependência da comprovação do recolhimento regular, nas épocas próprias, das parcelas e das contribuições correntes, a partir da competência do mês em que este Termo for assinado.

VIII- Fica comprometido que o Município informará o pagamento de cada prestação mensal deste Termo e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte retida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as alíquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial enviado ao Ministério da Previdência Social, e definida em Lei Municipal, através dos seguintes documentos:

- a) o demonstrativo previdenciário;
- b) o demonstrativo financeiro; e
- c) o comprovante de repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

O Montante será atualizado pelo índice **IGPM** acrescido de uma taxa **1% a.m.** de juros de (um por cento ao mês) e parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2ª serão atualizadas pelos índices **IGPM** acrescidas de taxa de juros de **1% a.m.**(um por cento ao mês) visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Inadimplência

Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo **DEVEDOR** de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do **CREDOR**, com os acréscimos legais.

CLÁUSULA QUINTA: Da mora

O **CREDOR** não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o **DEVEDOR** em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o simples e puro inadimplemento já obrigará o **DEVEDOR** a pagar a totalidade remanescente na forma prevista na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão:

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.



3
mgbing



A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Definitividade

A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: Da Publicidade

O presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou no mural da Prefeitura no mês de janeiro de 2008.

CLÁUSULA NONA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca do Município Passira, do estado de Pernambuco.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

Nº 1303 do PROTOCOLO nº A-21

Página 42

Título apresentado hoje 12 de

Março de 2008.

Oficial Mameis Indino

Registrado sob nº 1236

Fle. 126 V do livro de REGISTRO

GERAL nº B-6 (Registro Integral)

Passira, 12 de 03 de 2008

Oficial Mameis Indino

Testemunhas:

duardo Barbosa de Melo

PF: 127.416.474-53

Passira, 31 de Dezembro de 2007.

MIGUEL GOMES DE FREITAS

Prefeito

Marivânia do Nascimento Gonçalves de Lima

Presidente

Marivânia do Nascimento

G. de Lima

Presidente do Fundo

de Previdência

Cartório Único de Passira-PE

Reconheço a(s) firma(s) de

Miguel Gomes de Freitas

Marivânia do Nascimento

Passira, 10 de 03 de 2008

Em test. da verdade.

Mameis Indino

Maria Aparecida de M. P. Bezerra

Titular

Lúcia Pedro de Souza Lima

Substituta

10 99 99

10 99 99

10 99 99

10 99 99

10 99 99

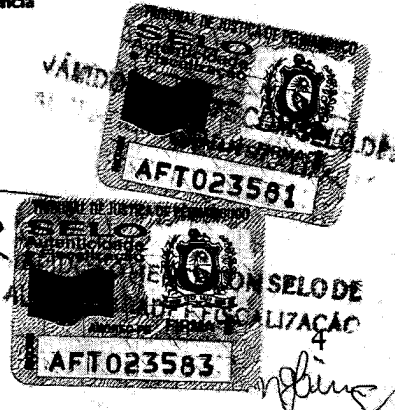
10 99 99

10 99 99

10 99 99

10 99 99

CARTÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E
Nº 1303
PASSIRA - PERNAMBUCO
Maria Aparecida de M. P. Bezerra
OFICIAL TITULAR
Kris de Morais Pereira Bezerra
Lúcia Pedro de Souza Lima
Amanda Soares de Oliveira Souza
SUBSTITUTAS



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
 CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS Nº 005/2008**

A **MUNICÍPIO DE PASSIRA**, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na , inscrita no CNPJ sob o nº 11.097.300.0001-57, doravante **DEVEDOR**, representada neste termo pelo Sr. **MIGUEL GOMES DE FREITAS**, Prefeito Municipal de PASSIRA-PE, portador do CPF n.º 055.437.624-53 e do RG nº 1.096.123 SDS-PE, residente e domiciliado a Rua Manoel Ferreira de Moura, nº 12 e o **FUNPREVI/Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Passira** , situado a Rua Maria Pereira da Silva, nº 87, Centro CEP: 55650-000, neste município, neste ato representado pela Srª **MARIVÂNIA DO NASCIMENTO GONÇALVES DE LIMA**, Presidente , portador do CPF nº 105.635.714-20 , e do RG nº 1.747.018 SSP-PE, órgão direto no âmbito da Administração Municipal , instituído em, pela Lei nº 487/2002, doravante denominado **CREDOR**, com fundamentos na Lei municipal nº 527/2005, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA – FUNPREVI, é **CREDOR**, junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA**, da quantia R\$ 64.427,44(sessenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), correspondente às **contribuições previdenciárias** devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito a **parte patronal (60 parcelas)**, nos termos da ON-01/2007, de 23/01/07 e prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 527/2005 de 16 de setembro de 2005, a importância acima declarada, discriminada na planilha a seguir, parte integrante deste instrumento.

Pelo presente instrumento a Prefeitura de Passira, confessa ser devedora do montante citado e compromete quitar na forma aqui estabelecida.

A Devedora, renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do **FUNPREVI** de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

- I- Estabelece-se que o valor atualizado da dívida da Prefeitura Municipal de Passira com **FUNPREVI**, referente a diferença de valores parcelados anteriores, conforme planilha a seguir, discriminando o valor originário de cada competência, os índices de atualização aplicados e o valor corrigido até a data do parcelamento.

COMPETÊNCIA	VALOR ORIGINAL	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	JUROS	TOTAL EM PARCELAMENTO
2002	3.038,41	IGPM	1% a.m.	9.750,93
2003	4.768,96	IGPM	1% a.m.	12.122,19
2004	3.933,70	IGPM	1% a.m.	9.581,49
2005	4.206,62	IGPM	1% a.m.	8.339,60
2006	13.862,00	IGPM	1% a.m.	20.783,86
2007	3.072,99	IGPM	1% a.m.	8.849,37

II- O parcelamento, de acordo com o art. 32 da ON nº 01, de janeiro de 2007, no montante de R\$ R\$ 64.427,44 (sessenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.073,79 (hum mil setenta e três reais e setenta e nove centavos), conforme determina a Lei Municipal nº 527/2005, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

III- A primeira parcela, no valor R\$1.073,79 (hum mil setenta e três reais e setenta e nove centavos), será paga em 10/01/2009 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR pagar as parcela em dia, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1% a.m. e correção pelo índice **IGPM**, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

V- A Devedora se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

VI- O parcelamento dessa dívida, constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, ressalvados os privilégios assegurados ao **FUMPREVI** para a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

VII- A eficácia deste Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários ficará na dependência da comprovação do recolhimento regular, nas épocas próprias, das parcelas e das contribuições correntes, a partir da competência do mês em que este Termo for assinado.

VIII- Fica comprometido que o Município informará o pagamento de cada prestação mensal deste Termo e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciária correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte retida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as alíquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial enviado ao Ministério da Previdência Social, e definida em Lei Municipal, através dos seguintes documentos:


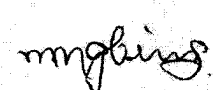
- a) o demonstrativo previdenciário;
- b) o demonstrativo financeiro; e
- c) o comprovante de repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

O Montante será atualizado pelo índice **IGPM** acrescido de uma taxa 1% a.m. de juros de (um por cento ao mês) e parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2ª serão atualizadas pelos índices **IGPM** acrescidas de taxa de juros de 1% a.m.(um por cento ao mês) visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Inadimplência

Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo DEVEDOR de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do CREDOR, com os acréscimos legais.

CLÁUSULA QUINTA: Da mora

O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o DEVEDOR em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o simples e puro inadimplemento já obrigará o DEVEDOR a pagar a totalidade remanescente na forma prevista na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – Da Rescisão:

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

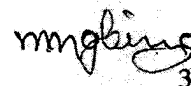
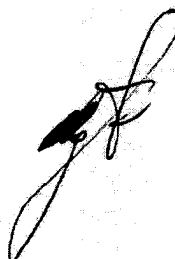
A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Definitividade

A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: Da Publicidade

O presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou no mural da Prefeitura no mês de dezembro de 2008.



CLÁUSULA NONA: Do Foro


Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca do Município Passira, do estado de Pernambuco.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

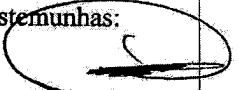
Passira, 09 de Dezembro de 2008


MIGUEL GOMES DE FREITAS


Prefeito


Marivânia Nascimento Gonçalves de Lima
Presidente

Testemunhas:



Eduardo Barbosa de Melo
CPF: 127.416.474-53



Raimunda Fernandes da Silva Souza
CPF: 652.496.234-68

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, os Termos de acordo de parcelamento nº 001/2007; 002/2007, 003/2007, foi publicado no quadro de aviso desta Prefeitura Municipal de Passira, e também, no quadro de aviso da Câmara Municipal de Passira, no dia 02/01/2008.

A presente declaração é a fé da verdade.

Passira – PE, 10 de Dezembro de 2008.


Miguel Gomes de Freitas
Prefeito Municipal

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
 CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.**

O Município de Passira, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Maria Pereira da Silva, inscrita no CNPJ sob o nº 11.097.300/0001-57, doravante DEVEDOR, representada neste termo pelo Sr. Miguel Gomes de Freitas, Prefeito Municipal de Passira/PE, portador do CPF nº 055.437.624-53 e do RG nº - 1.096.123 SDS/PE, residente e domiciliado A Rua Manoel Ferreira de Moura nº12, neste Município e o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Passira - FUNPREVI, situado a Rua Maria Pereira da Silva, 87, Anexo I, sala 1, CEP: 550650-000, Alto José Bernardino, neste município, neste ato representado pelo Sr. Marivânia do Nascimento Gonçalves de Lima, Presidente, portador do CPF nº 105.635.714-20, e do RG nº 1.747.018 SSP/PE, órgão direto no âmbito da Administração Municipal, instituído em, pela Lei nº 487/2002, doravante denominado CREDOR, com fundamentos na Lei municipal nº 527/2005, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PASSIRA é CREDOR, junto a Prefeitura Municipal de Passira da quantia R\$ 281.846,22(duzentos e oitenta e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e dois e centavos), correspondente às **contribuições previdenciárias** devidas e não repassadas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, no que diz respeito à **parte patronal em 240 (duzentos e quarenta) parcelas e parte dos servidores 60 (sessenta) parcelas** nos termos da Portaria nº 402, de 10/12/08 e prevista no art. 1º da Lei Municipal nº 527/2005, a importância acima declarada, discriminada na planilha em anexo, que deste instrumento faz parte integrante.

Pelo presente instrumento a Prefeitura de Passira, confessa ser devedora do montante citado e compromete quitar na forma aqui estabelecida.

A Devedora, renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do Fundo de Previdência dos Servidores de Passira de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

- I- Fica estabelecido e que o valor atualizado da dívida da Prefeitura Municipal de Passira com o FUNPREVI, referente ao período de novembro, Dezembro e 13º salário de 2004, de cada débito patronal, **PLANILHA I** e servidores **PLANILHA II**, conforme planilha em anexo, discriminando o valor originário de cada competência, os índices de atualização aplicados e o valor corrigido até a data do parcelamento.

Planilha I – OBRIGAÇÕES PATRONAIS

COMPETÊNCIA	VALOR ORIGINAL	VALOR REPASSADO	TOTAL A REPASSAR	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	JUROS	TOTAL EM PARCELAMENTO
NOV/2004	22.553,28	0,00	22.553,28	IGPM	1%A.M	47.532,63
DEZ/2004	22.553,28	0,00	22.553,28	IGPM	1%A.M	46.695,24
13º SALÁRIO	22.553,28	0,00	22.553,28	IGPM	1%A.M	46.695,24

TERMO DE PARCELAMENTO Nº 006/2009

Miguel Gomes de Freitas

Miguel Gomes de Freitas
 Prefeito

Rua Maria Pereira da Silva, 87 / Centro - Passira/PE - CEP: 55.650-000
 Fone: (81) 3651.1156 - CNPJ: 11.097.300/0001-57

Planilha II – CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES

COMPETÊNCIA	VALOR ORIGINAL	VALOR REPASSADO	TOTAL A REPASSAR	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	JUROS	TOTAL EM PARCELAMENTO
NOV/2004	22.553,28	0,00	22.553,28	IGPM	1%A.M	47.532,63
DEZ/2004	22.553,28	0,00	22.553,28	IGPM	1%A.M	46.695,24
13º SALÁRIO	22.553,28	0,00	22.553,28	IGPM	1%A.M	46.695,24

II- O parcelamento, de acordo com o art. 5º da Portaria nº 402, de dezembro de 2008, no montante de R\$ 140.923,11 (cento e quarenta mil novecentos e vinte três reais e onze centavos) em referente a planilha I – contribuições patronais, em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 587,18 (quinhentos e oitenta e sete reais e dezoito centavos), e R\$ 140.923,11 (cento e quarenta mil novecentos e vinte três reais e onze centavos) em referente a planilha II – contribuições dos servidores em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.348,72 (dois mil trezentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme determina a Lei Municipal nº 527/2005, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

III- A primeira parcela, no valor R\$ 2.935,90 (dois mil novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) será paga em 30/4/2009 e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR pagar as parcela na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1% a.m e correção pelo índice IGPM, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

V- A Devedora se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

VI- A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irredutível, assegurando ao FUNPREVI a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

VII- Fica acordado que o Município e o FUNPREVI prestarão ao MPS todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os RPPS

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Correção

O Montante será atualizado pelo índice IGPM acrescido de uma taxa de juros de 12% e as parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2ª serão atualizadas pelos índices IGPM acrescidas de taxa de juros de 12 % a.a, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.


 Miguel Gomes de Freitas
 Prefeito

CLÁUSULA QUARTA: Da Retenção

O Devedor autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Antecipação dos municípios – FPM, e o repasse ao na Agência: 2413-9 Conta: 6.223-5 do Banco do Brasil, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, acrescido de (índice de atualização), na data do seu vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - Da Rescisão:

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Definitividade

A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: Da Publicidade

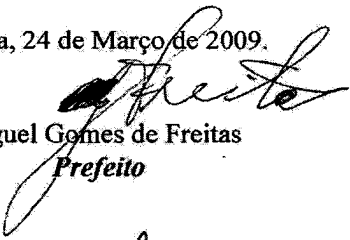
O presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou no mural 25/03/2009.

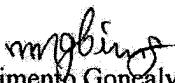
CLÁUSULA NONA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca do Município Passira, do estado de Pernambuco.


Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

Passira, 24 de Março de 2009.


Miguel Gomes de Freitas
Prefeito


Marivânia do Nascimento Gonçalves de Lima,
Presidente

Testemunhas:


Mauricéa Tereza da Silva
CPF: 961.711.704-53


Raimunda Fernandes da Silva Souza
CPF: 652.496.234-68

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01865/2013)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Passira/PE	CNPJ:	11.097.300/0001-57
Endereço:	Rua Maria Pereira da Silva, nº 87		
Bairro:	Alto José Bernardino	CEP:	55650-000
Telefone:	(081) 3651-1534	Fax:	
E-mail:	prefeitosilvestre@gmail.com		
Representante legal:	Severino Silvestre de Albuquerque		
CPF:	172.826.084-15		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	prefeitosilvestre@gmail.com	Data início da gestão:	02/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de	CNPJ:	09.032.346/0001-46
Endereço:	Rua Maria Pereira da Silva, 87		
Bairro:	Centro	CEP:	55650-000
Telefone:	(081) 3651-1534	Fax:	
E-mail:	ppassira@bol.com.br		
Representante legal:	Elias José da Silva		
CPF:	653.670.224-72		
Cargo:	Diretor	Complemento:	Presidente
E-mail:	elias@passiraprev.com.br	Data início da gestão:	06/05/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei 653, de 03 de maio de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Município de Passira da quantia de R\$ 487.788,25 (quatrocentos e oitenta e sete mil e setecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), correspondente aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Município de Passira confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 487.788,25 (quatrocentos e oitenta e sete mil e setecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.032,45 (dois mil e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.032,45 (dois mil e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos), vencerá em 19/09/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

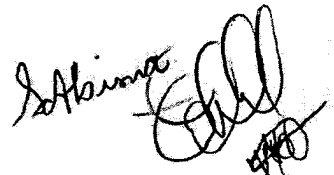
A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei 653, de 03 de maio de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no mês do vencimento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.


Página 1

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01865/2013)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês do vencimento até o mês anterior ao vencimento e 1% no mês do pagamento.

Cláusula Quarta: DA RETENÇÃO

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR na Agência 2413-9, Conta 3000-7, do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no do mês do vencimento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Passira - PE / 19/08/2013



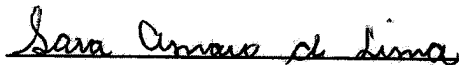
Prefeitura Municipal de Passira
Severino Silvestre de Albuquerque

Severino Silvestre
de Albuquerque
Prefeito

FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE
Elias José da Silva

PASSIRAPREV
Elias José da Silva
Diretor Presidente
Mat.: 0022

Testemunhas:



Sara Amaro de Lima
Diretora Administrativo Financeiro
CPF: 580.358.774-53
RG: 3361930



Joselma Hilda Tenório
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: 041.985.294-85
RG: 6.726.354 SDS

PASSIRAPREV
Sara Amaro de Lima
Diretora Adm. Financeiro
Mat.: 0395

PASSIRAPREV
Joselma Hilda Tenório
Diretora de Benefícios
Mat.: 216538

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01865/2013)**

DECLARAÇÃO

Severino Silvestre de Albuquerque, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01865/2013, firmado entre o/a Passira e o FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE em 19/08/2013, foi publicado em 19/08/2013 no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Passira, 19/08/2013


Severino Silvestre de Albuquerque
Prefeito

**Severino Silvestre
de Albuquerque**
Prefeito

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01866/2013)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Passira/PE
Endereço: Rua Maria Pereira da Silva, nº 87
Bairro: Alto José Bernardino
Telefone: (081) 3651-1534
E-mail: prefeitossilvestre@gmail.com
Representante legal: Severino Silvestre de Albuquerque
CPF: 172.826.084-15
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeitossilvestre@gmail.com

CNPJ: 11.097.300/0001-57

CEP: 55650-000

Fax:

Complemento:

Data início da gestão: 02/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de
Endereço: Rua Maria Pereira da Silva, 87
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3651-1534
E-mail: ppassira@bol.com.br
Representante legal: Elias José da Silva
CPF: 653.670.224-72
Cargo: Diretor
E-mail: elias@passiraprev.com.br

CNPJ: 09.032.346/0001-46

CEP: 55650-000

Fax:

Complemento: Presidente

Data início da gestão: 06/05/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei 653, de 03 de maio de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Município de Passira da quantia de R\$ 714.944,70 (setecentos e quatorze mil e novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), correspondente aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Município de Passira confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 714.944,70 (setecentos e quatorze mil e novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.978,94 (dois mil e novecentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.978,94 (dois mil e novecentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), vencerá em 19/09/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei 653, de 03 de maio de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no mês do vencimento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01866/2013)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês do vencimento até o mês anterior ao vencimento e 1% no mês do pagamento.

Cláusula Quarta: DA RETENÇÃO

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR na Agência 2413-9, Conta 3000-7, do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no do mês do vencimento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

Cláusula Sexta - DA DERNITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Passira - PE / 19/08/2013

Prefeitura Municipal de Passira
Severino Silvestre de Albuquerque

FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE
Elias José da Silva

**Severino Silvestre
de Albuquerque**
Prefeito

Testemunhas:

Sara Amaro de Lima
Diretora Administrativo Financeiro
CPF: 580.358.774-53
RG: 3361930

Joselma Hilda Tenório
xxxxxxxxxxxxx
CPF: 041.985.294-85
RG: 6.726.354 SDS

PASSIRAPREV
Elias José da Silva
Diretor Presidente
Mat.: 0022

PASSIRAPREV
Sara Amaro de Lima
Diretora Adm. Financeiro
Mat.: 0395

PASSIRAPREV
Joselma Hilda Tenório
Diretora de Benefícios
Mat.: 216538

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01866/2013)**

DECLARAÇÃO

Severino Silvestre de Albuquerque, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01866/2013, firmado entre o/a Passira e o FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE em 19/08/2013, foi publicado em 19/08/2013 no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____ de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Passira, 19/08/2013


Severino Silvestre de Albuquerque
Prefeito

**Severino Silvestre
de Albuquerque
Prefeito**

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01867/2013)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Passira/PE
Endereço: Rua Maria Pereira da Silva, nº 87
Bairro: Alto José Bernardino
Telefone: (081) 3651-1534
E-mail: prefeitossilvestre@gmail.com
Representante legal: Severino Silvestre de Albuquerque
CPF: 172.826.084-15
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeitossilvestre@gmail.com

CNPJ: 11.097.300/0001-57

CEP: 55650-000

Fax:

Complemento:

Data início da gestão: 02/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de
Endereço: Rua Maria Pereira da Silva, 87
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3651-1534
E-mail: ppassira@bol.com.br
Representante legal: Elías José da Silva
CPF: 653.670.224-72
Cargo: Diretor
E-mail: elias@passiraprev.com.br

CNPJ: 09.032.346/0001-46

CEP: 55650-000

Fax:

Complemento: Presidente

Data início da gestão: 06/05/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei 653, de 03 de maio de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE é CREDOR junto ao DEVEDOR Município de Passira da quantia de R\$ 82.218,49 (oitenta e dois mil e duzentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos), correspondente aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Município de Passira confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 82.218,49 (oitenta e dois mil e duzentos e dezoito reais e quarenta e nove centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.370,31 (hum mil e trezentos e setenta reais e trinta e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.370,31 (hum mil e trezentos e setenta reais e trinta e um centavos), vencerá em 19/09/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.


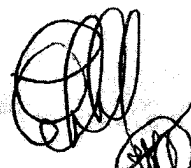
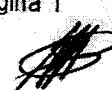
A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei 653, de 03 de maio de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no mês do vencimento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01867/2013)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês do vencimento até o mês anterior ao vencimento e 1% no mês do pagamento.

Cláusula Quarta: DA RETENÇÃO

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR na Agência 2413-9, Conta 3000-7, do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no mês do vencimento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE


O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

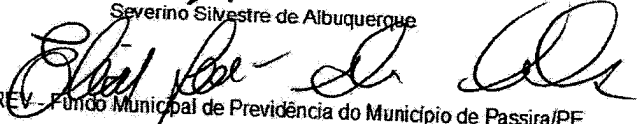
Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

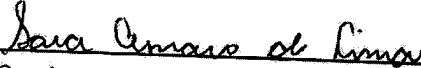
Passira - PE / 19/08/2013


Prefeitura Municipal de Passira
Severino Silvestre de Albuquerque

**Severino Silvestre
de Albuquerque**
Prefeito

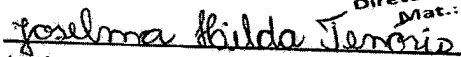

FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE
Elias José da Silva

Testemunhas:


Sara Amaro de Lima
Diretora Administrativo Financeiro
CPF: 580.358.774-53
RG: 3361930

PASSIRAPREV
Sara Amaro de Lima
Diretora Adm. Financeiro
Mat.: 0395

PASSIRAPREV
Elias José da Silva
Diretor Presidente
Mat.: 0022


Joselma Hilda Tenório
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CPF: 041.985.294-85
RG: 6.726.354 SDS

PASSIRAPREV
Joselma Hilda Tenório
Diretora de Benefícios
Mat.: 216538

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01867/2013)

DECLARAÇÃO

Severino Silvestre de Albuquerque, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01867/2013, firmado entre o/a Passira e o FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência do Município de Passira/PE em 19/08/2013, foi publicado em 19/08/2013 no


☒ mural

☐ jornal

☐ Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Passira, 19/08/2013


Severino Silvestre de Albuquerque
Prefeito

**Severino Silvestre
de Albuquerque**
Prefeito